



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 106/2023

“PERMISSÃO DE USO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS PARA INSTALAÇÃO DE POSTES E PLACAS INDICATIVAS DE RUAS NO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ, POR MEIO DE EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA”

Processo nº 18.747/2023

LUIZ CARLOS GAUTO DA SILVA, Prefeito de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que às **14h do dia 27 de julho de 2023**, na Secretaria Municipal de Administração, sala de reuniões do Setor de Licitações, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 075/2023, com a finalidade de receber envelopes de proposta e habilitação referentes a este Edital.

1 - DO OBJETO: Permissão de uso de logradouros públicos para instalação de postes e placas indicativas de ruas no Município de Tramandaí, por meio de exploração publicitária, conforme descrito neste Edital, demais exigências/considerações, seus Anexos, Termo de Referência, Lei Municipal 4.627/2023 e Decreto Municipal nº 5.111/2023.

1.1 - Exigências/considerações:

1.1.1 – A presente licitação encontra-se amparada pela Lei Municipal nº 4.627/2023 e Decreto Municipal nº 5.111/2023 anexos a este Edital.

1.1.2 – A concessão se dará pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposição do subitem 1.4, do Termo de Referência;

1.1.3 – As áreas onde deverão ser instalados os conjuntos identificadores de logradouros públicos serão distribuídas conforme necessidade;

a) A necessidade mencionada no subitem acima, será mediante orientação do Município, sendo ela por reposição do material deteriorado/danificado e/ou sendo ela uma identificação primária.

1.1.4 – A permissionária se obriga a disponibilizar um contato via telefone fixo ou telefone celular, no Município de Tramandaí/RS, e e-mail direto para que os usuários possam solicitar manutenção e reparos no sistema de sinalização urbana, devendo manter atualizados todos os registros.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados que comprovarem através de documentação que:

a) As atividades da empresa sejam pertinentes ao objeto desta licitação.

b) Preenchem as condições constantes deste Edital, seus Anexos e do Termo de Referência.

2.2 – Não poderão participar da licitação, em conformidade com o subitem 4.2 do Termo de Referência:

a) Pessoas físicas, empresas em consórcios e cooperativas;

b) Pessoas Jurídicas consideradas inidôneas e/ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública;

c) Pessoas Jurídicas que estejam em processo de falência;

d) Servidores públicos e agentes públicos, em atividade, nas esferas Municipal, Estadual e Federal, inclusive em gozo de licença.

2.3 - A participação nesta licitação significa:

- a) Que a empresa e as pessoas que a representam leram este Edital e conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos.
- b) Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam.
- c) Tem plena ciência de que não cabe, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente todo o Edital, e demais documentos anexos.

3 – DA HABILITAÇÃO:

3.1 – PROVA DE CAPACIDADE JURÍDICA:

3.1.1 – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, acompanhado de todas as alterações posteriores, quando houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais; acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem nº 3.1.1, devendo este vir acompanhado de todas as alterações posteriores.

3.1.2 – Registro Comercial no caso de empresa individual.

I – Em se tratando de **transformação societária** deverão ser apresentados, obrigatoriamente, o ato de transformação e todas alterações posteriores.

3.2 – PROVA DE REGULARIDADE FISCAL:

3.2.1 – Comprovação de inscrição e de situação cadastral no CNPJ emitida via internet, conforme instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

3.2.2 – Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

3.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

3.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

3.2.5 - Prova de regularidade relativa ao FGTS.

3.3 – PROVA DE REGULARIDADE TRABALHISTA:

3.3.1 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4 - PROVA DE IDONEIDADE FINANCEIRA:

3.4.1 – Certidão Negativa em Matéria Falimentar, Concordatária e de Liquidação Judicial e Extrajudicial ou de Recuperação Judicial com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

a) As empresas que, comprovadamente, através de Certidão exigida no subitem anterior, se encontrarem em Recuperação Judicial, não estarão isentas da apresentação de todos os documentos fiscais e trabalhistas exigidos nesta licitação.

3.5 – PROVA DE CAPACIDADE TÉCNICA:

3.5.1 – Apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnica expedido por órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, ou por empresas públicas ou privadas, comprovando a execução plena e adequada pela licitante, de atividade semelhante, pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto licitado.

I) A documentação solicitada no subitem 3.5.1 deverá conter: nome do contratado e do contratante, identificação do objeto, localização, período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades.

II) A critério da Comissão Permanente de Licitações, havendo necessidade, o subitem nº 3.5.1 será analisado por técnico designado pela Secretaria de Segurança, Transporte e Trânsito após a sessão licitatória e o Parecer emitido pelo profissional será anexado ao processo.

III) Parcela de maior relevância para avaliação da capacidade técnica:

a) instalação mínima de 600 (seiscentos) postes e placas indicativas de ruas por meio de exploração publicitária.

3.6 – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

3.6.1 – A licitante que se tratar de beneficiária da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal (sócio administrador, diretor e/ou procurador) e por contador ou técnico contábil da licitante, sob as penas da Lei, conforme Anexo II, e/ou Certidão (específica e/ou simplificada) expedida pela Junta Comercial, devendo conter data de expedição **a partir do exercício de 2023.**

a) A declaração citada acima deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

b) A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à regulamentação da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação à Comissão Permanente de Licitações, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da Sessão Pública que a declarar vencedora.

c) O prazo citado no subitem nº 3.6.1 “b” poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

d) O benefício de que trata o subitem nº 3.6.1 “b”, não eximirá a licitante de apresentar na sessão pública todos os documentos exigidos para efeito da comprovação de regularidade fiscal, ainda que possua alguma restrição.

e) A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação.

4 - À EXCEÇÃO DAS CERTIDÕES NEGATIVAS FEDERAIS, CUJO PRÓPRIO TEOR INFORMA QUE SÃO VÁLIDAS TANTO PARA MATRIZ QUANTO PARA FILIAIS, TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO DEVERÃO SER PERTINENTES À RAZÃO SOCIAL QUE ORA SE HABILITA, OU SEJA, AO MESMO CNPJ.

4.1 – A validade das certidões e demais documentos corresponderá ao prazo fixado nos próprios, exceto as que são fixadas pelo Município neste edital. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município de Tramandaí convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

5 – NÃO SERÃO ADMITIDOS DOCUMENTOS COM RASURAS.

6 – NENHUM DESTES DOCUMENTOS PODERÁ ESTAR VENCIDO ANTES DA DATA DA ABERTURA DO PRESENTE EDITAL.

a) Excetuam-se os documentos fiscais, porventura vencidos, apresentados pelas licitantes beneficiárias da LC nº 123/2006 e suas alterações.

7 - Todos os documentos exigidos para esta licitação, excetuando-se aqueles retirados via internet, somente poderão ser apresentados em fotocópia se autenticada em cartório, ou por funcionário qualificado do Setor de Licitações desta Prefeitura, ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial, em conformidade ao art. 32 da Lei 8.666/93; ressalvada, por opção da licitante, a apresentação em sua forma original.

a) Documentos apresentados através de cópias simples importarão na inabilitação da licitante.

b) A autenticação dos documentos feita pelo Setor de Licitações deverá ser solicitada até **às 17h do último dia útil antecedente à data marcada para abertura da presente licitação**, não sendo recebido nenhum documento para autenticação posterior a esta data.

c) A autenticação dos documentos feita pelo Setor de Licitações deverá ser solicitada em um único momento.

8 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitações, no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, datilografadas ou não, assinadas em sua última folha e rubricada nas demais pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados e lacrados contendo em sua parte fronteira a seguinte descrição:

**AO
MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 106/2023
ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
PROPONENTE (nome completo da empresa)**

**AO
MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 106/2023
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA FINANCEIRA
PROPONENTE (nome completo da empresa)**

8.1 - O envelope nº 01 - Da Habilitação, deverá conter os seguintes documentos, autenticados por cartório ou funcionário qualificado do Setor de Licitações desta Prefeitura:

8.1.1 – Todos os documentos previstos no item nº 3 e seus subitens e nos subitens nº 8.1.2 a 8.1.7 deste Edital.

8.1.2 - Declaração de que está cumprindo com o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante, conforme Anexo III.

8.1.3 - Declaração de conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação assinada pelo representante legal da licitante, conforme Anexo IV.

8.1.4 - Declaração de plena aceitação dos termos deste Edital assinada pelo representante legal da licitante, conforme Anexo V.

8.1.5 - Declaração de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme Anexo VI, em conformidade ao disposto no art. 87, IV da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei, devidamente firmada pelo representante legal da licitante.

8.1.6 - Declaração de que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme Anexo VII, em conformidade ao disposto no art. 9 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei, devidamente firmada pelo representante legal da licitante.

8.1.7 - Anexar folha de informação, devidamente assinada pelo representante legal da empresa (sócio administrador, diretor e/ou procurador), contendo os dados da empresa, tais: razão social, CNPJ, telefone/fax e e-mail, indicando a pessoa responsável pelo contato para que possibilite a Comissão Permanente de Licitações o contato em caso de recurso ou em quaisquer fases do processo licitatório.

a) A não apresentação da folha de informação não ensejará a inabilitação da empresa.

8.2 - O envelope nº 02 - Da Proposta Financeira, deverá conter:

8.2.1 – As propostas poderão ser apresentadas conforme Anexo I; caso a empresa opte por cotar em formulário próprio, este deverá conter todos os itens presentes no Anexo I, inclusive obedecer à ordem destes e conter todas as exigências do subitem nº 8.2.2.

8.2.2 - A proposta de preços deverá conter, obrigatoriamente, pontos essenciais, quais sejam: número e modalidade licitatória à qual se refere, data, assinatura do representante legal da licitante, razão social da empresa, CNPJ e prazo de validade da proposta; a esse último ponto é facultado constar tão somente a conformidade com o Edital.

8.2.3 - **Não serão aceitas propostas com quantitativo de conjuntos inferior ao mínimo exigido constante no Anexo I deste Edital.**

a) A não observância do disposto no subitem nº 8.2.3 importará a desclassificação da proposta da empresa para o referido item e/ou lote.

8.2.4 – As propostas deverão ser preenchidas em Língua Portuguesa, com clareza, sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo-se observar que somente serão aceitas aquelas com valor em real, com 02 (duas) casas após a vírgula.

8.2.5 - As propostas financeiras deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

8.2.6 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender quaisquer disposições do presente Edital.

8.2.7 - A apresentação da proposta pela licitante implica plena aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

8.2.8 - **No caso da licitante apresentar a proposta de preços em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo item quanto à ordem, às quantidades e às características do mesmo.**

9 - DO JULGAMENTO:

9.1 - **A fim de obter subsídios que lhe permitam um melhor juízo de valor, a Comissão poderá realizar todas diligências que entender necessárias para esclarecer ou complementar quaisquer itens das propostas apresentadas.**

9.2 - Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9.3 - Será considerada vencedora a empresa que ofertar o maior valor por item.

9.4 - Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações.

9.4.1 - Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta mais bem classificada.

9.4.2 - Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte.

9.4.3 - A COMISSÃO verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.3.1 - Nessas condições, as propostas de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) abaixo da proposta de maior preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.4.3.2 - A licitante melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para o desempate, obrigatoriamente em valor superior ao do primeiro colocado, no prazo de até 10 minutos, caso esteja presente na sessão, enviando no prazo de até 02 dias úteis a versão final da proposta e os documentos dela integrantes na forma escrita e contendo a assinatura do representante legal da licitante.

9.4.3.3 - Caso a licitante não esteja presente ou no caso de julgamento das propostas em sessão reservada, deverá encaminhar a proposta de "desempate" e os documentos dela integrantes, na forma

escrita e contendo a assinatura de seu representante legal, no prazo de até 02 dias úteis, contados a partir da comunicação da COMISSÃO.

9.4.3.4 - Caso a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos nos subitens anteriores.

9.4.3.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, serão realizados sorteios entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.4.3.6 - Na hipótese de não-contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos previstos no item 9.4.3.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, ou seja, da empresa que não se enquadra como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentou a melhor proposta.

9.4.4 - Em caso de empate de duas ou mais propostas de Licitantes não caracterizadas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a classificação final se fará por sorteio em sessão pública futura, para a qual todos os Licitantes interessados serão convocados por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios.

9.4.4.1 - O sorteio será realizado pela COMISSÃO utilizando-se envelope contendo os nomes das Licitantes empatadas, sendo considerada vencedora aquela que tiver o primeiro nome escrutinado. As demais propostas empatadas serão classificadas na ordem subsequente do escrutínio.

9.4.4.2 - O referido sorteio realizar-se-á independentemente do comparecimento dos proponentes, circunstância esta que será devidamente registrada em ata.

9.5 - Não serão considerados como fatores de julgamento vantagens que não estejam previstas neste Edital.

9.6 - Em caso de empate entre duas ou mais empresas será feito o sorteio.

9.7 - A Comissão Permanente de Licitações, no julgamento de aceitabilidade dos valores propostos pelas licitantes, reserva-se o direito de solicitar parecer, aprovação ou desaprovação, à Secretaria originária do processo, postergando a decisão final acerca de um ou mais itens, ou acerca do valor cotado e, posteriormente, procedendo à informação dos interessados.

10 - DOS RECURSOS:

10.1 - Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

11 – DA ASSINATURA DO CONTRATO:

11.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 02 (dois) dias, convocará a vencedora para assinar o Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Se, dentro do prazo de 02 (dois) dias, o convocado não assinar o Contrato, a Administração convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura, em igual prazo, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços; ou então revogará a Licitação, sem prejuízo de pena de multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato e mais sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

11.3 – Ficará responsável pela fiscalização do contrato decorrente desta licitação a servidora Vanessa de Oliveira.

11.4 – A permissão se dará pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposição do subitem 1.4, do Termo de Referência.

12 - DAS PENALIDADES:

12.1 – Na aplicação das penalidades serão admitidas a ampla defesa e o contraditório, exceto no caso da penalidade de multa por descumprimento dos prazos contratuais no andamento dos serviços.

12.1.1 - O inadimplemento contratual no curso da prestação de serviço implicará na imposição de multa no valor correspondente a 0,5% do valor da etapa da obra e/ou serviço a que se refere o descumprimento contratual, a ser descontado diretamente no primeiro pagamento que for efetuado à empresa contratada.

12.2 - Caso a adjudicatária descumpra integralmente os termos da proposta, a Administração, independente da realização de novo Edital, poderá adjudicar o (s) serviço (s) e/ou objeto (s), objeto desta licitação, obedecendo à ordem de classificação, às outras empresas licitantes; respeitado o disposto no artigo 64 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - A recusa pelo fornecedor em prestar o (s) serviço (s) e/ou entregar o (s) objeto (s) adjudicado (s) acarretará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, cuja importância deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação junto à Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Tramandaí, sob pena de ser incursa no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

12.4 - O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

12.5 - O não cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

12.6 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

a) Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

b) As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

c) A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Sr. Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

12.7 - As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos Contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.8 - Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

12.9 - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

12.10 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13 – DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

13.1 – A permissão se dará pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposição do subitem 1.4, do Termo de Referência.

13.2 – O prazo para início da instalação dos postes e placas indicativas é de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

13.3 – Em caso de substituição, reparo ou manutenção solicitada pela municipalidade, a permissionária terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para executá-lo.

13.4 – O prazo de vigência da permissão e o prazo para execução total das instalações referidas no Termo de Referência será de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, podendo ser renovado por igual período, mediante despacho justificado da autoridade administrativa responsável, de acordo com os seguintes quantitativos:

a) 25% (vinte e cinco por cento) no 1º (primeiro) ano de contrato;

b) 20% (vinte por cento) no 2º (segundo) ano de contrato;

c) 20% (vinte por cento) no 3º (terceiro) ano de contrato;

d) 20% (vinte por cento) no 4º (quarto) ano de contrato;

e) 15% (quinze por cento) no 5º (quinto) ano de contrato;

14 – REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DO VALOR DE REPASSE:

14.1 – A remuneração dos serviços a serem executados se dará exclusivamente por meio da exploração publicitária comercial nos espaços definidos nas peças do imobiliário urbano, conforme especificações do objeto definido no Edital e Termo de Referência.

14.2 – O repasse para a Administração será no valor mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais) por conjuntos de placas explorados comercialmente no mês imediatamente anterior, por meio de guia de arrecadação a ser expedida pela Secretaria Municipal de Segurança, Transporte e Trânsito.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 - A participação nesta licitação implica total conhecimento e plena aceitação dos termos e condições contidos neste Edital.

15.2 - A empresa que enviar representante deverá apresentar procuração, **fora dos envelopes**, com poderes expressos para efetuar todos os atos pertinentes a esta licitação, **reconhecida em cartório**. Será solicitada a comprovação por meio da apresentação de documento de identificação do representante, no momento de abertura dos envelopes.

15.3 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, salvo o disposto no Art. 48, § 3º da Lei 8.666/93 e suas alterações e no Art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações.

15.4 - Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou qualquer outro documento.

15.5 - Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, as licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

15.6 - O Município poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar (art. 49 da Lei nº 8.666/93).

15.7 - A adjudicação poderá ser feita em todo ou em parte.

15.8 - Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente às ora fixadas.

15.9 - A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

15.10 - Objetivando o bom andamento da reunião de abertura e julgamento do processo licitatório não será admitido aos participantes ausentar-se antes do término da reunião, salvo por motivo de força maior.

15.11 – Durante a sessão licitatória os aparelhos celulares e outros aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados e/ou no silencioso.

15.12 - **A sessão licitatória será apregoada, impreterivelmente, no horário constante no preâmbulo deste Edital, não sendo admitidas licitantes retardatárias, tampouco envelopes para inclusão ao certame; ficando estabelecido como relógio oficial, para consulta por parte da Comissão Licitante e por parte de empresas, o presente na sala de reuniões do Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração.**

a) As licitantes deverão estar com os envelopes lacrados no momento que acessarem a sala de reuniões.

15.13 - As dúvidas do presente processo licitatório serão dirimidas pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

15.14 - Quaisquer impugnações, informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, **formalmente, em um único momento**, após a leitura na íntegra do Edital e seus anexos, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Setor de Licitações, sito na Av. da Igreja, nº 346, Bairro Centro, CEP 95590-000, ou pelo e-mail licitacoes.tramandai@gmail.com, no horário compreendido entre 13h e 19h, com a identificação da modalidade licitatória e seu respectivo número, **em papel timbrado da empresa, com todos os dados pertinentes à solicitante, tais como: endereço completo, telefone, e-mail, razão social completa, CNPJ, devidamente assinada pelo representante legal da empresa (sócio administrador e/ou procurador), devendo, neste último caso, anexar cópia da procuração, até o dia 24/07/2023 sendo obrigatório o envio da via original pelos Correios.**

a) Deixando de constar quaisquer dos dados acima exigidos o pedido/protocolo/solicitação será desconsiderado.

15.15 – Ficarão disponíveis para download no endereço eletrônico www.tramandai.rs.gov.br na opção 'Portal da Transparência', opção Licitações, opção Editais de Concorrência Pública, os seguintes documentos: Termo de Referência relativo ao objeto deste Edital.

15.16 - São anexos deste Edital:

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO (LC nº 123/2006)

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO (artigo 7º, inciso XXXIII da CF)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENA ACEITAÇÃO

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ART. 87 LEI Nº 8.666/93

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO ART. 9 LEI Nº 8.666/93

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 23 de junho de 2023.

LUIZ CARLOS GAUTO DA SILVA

Prefeito



ANEXO I

Edital de Concorrência Pública nº 106/2023

ITEM 01

Item	Descrição	Quantidade	Valor estimado de repasse à Administração por conjunto	Valor cotado de repasse à Administração por conjunto
01	Permissão de uso de logradouros públicos para instalação de postes e placas indicativas de ruas no Município de Tramandaí, por meio de exploração publicitária.	3.000 conjuntos	R\$ 5,00	R\$

Razão Social:

Assinatura do representante legal da empresa:

CNPJ:

Data:

Prazo de validade da proposta: Conforme Edital.

Forma de pagamento: Conforme Edital.

Nº telefone/fax para contato:

E-mail:



ANEXO II

Edital de Concorrência Pública nº 106/2023

Tendo examinado o Edital, nós abaixo-assinados, declaramos, sob as penas da Lei, junto ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Tramandaí, que somos beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para participação no Edital de Concorrência Pública nº 106/2023.

- () ME – Micro empresa
- () EPP – Empresa de Pequeno Porte
- () MEI – Micro Empreendedor Individual
- () Cooperativa que se enquadre na receita de ME ou EPP
- () Agricultor rural pessoa física ou Agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326/2006

-----, -- de -- de 2023.

Assinatura e carimbo da empresa

Assinatura e CRC do profissional



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade **Edital de Concorrência Pública nº 106/2023** que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, -- de -- de 2023.

Assinatura e carimbo da empresa



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, sob as penas da Lei, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de **Edital de Concorrência Pública nº 106/2023**, conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, -- de -- de 2023.

Assinatura e carimbo da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

ANEXO V

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, sob as penas da Lei, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de **Edital de Concorrência Pública nº 106/2023**, plena aceitação dos termos deste Edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, -- de -- de 2023.

Assinatura e carimbo da empresa



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, sob as penas da Lei, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de **Edital de Concorrência Pública nº 106/2023** que, em cumprimento ao disposto no art. 87, IV da Lei nº 8.666/93, não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, -- de -- de 2023.

Assinatura e carimbo da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, sob as penas da Lei, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de **Edital de Concorrência Pública nº 106/2023** que, em cumprimento ao disposto no art. 9 da Lei nº 8.666/93, não somos impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, -- de -- de 2023.

Assinatura e carimbo da empresa



ANEXO VIII

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 106/2023

MINUTA DE CONTRATO Nº /2023

"CONTRATO QUE FAZEM DE UM LADO O
MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ E DE OUTRO A
EMPRESA "

O **MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, criado pela Lei nº. 5.037, inscrito no CNPJ sob o nº 88771001/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUIZ CARLOS GAUTO DA SILVA, com poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE** e a empresa , doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**.

Declaram por este instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e acertado entre si o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

O objeto do presente contrato corporifica-se na Permissão de Uso de logradouros públicos para instalação de postes e placas indicativas de ruas do Município de Tramandaí, por meio de exploração publicitária, conforme descrito na Cláusula Terceira, demais exigências/considerações, seus Anexos, Termo de Referência e Lei Municipal 4.627/2023 e Decreto Municipal nº 5.111/2023.

- Exigências/considerações:

1 – A presente licitação encontra-se amparada pela Lei Municipal nº 4.627/2023 e Decreto Municipal nº 5.111/2023 anexos a este Edital.

2 – A concessão se dará pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposição do subitem 1.4, do Termo de Referência;

3 – As áreas onde deverão ser instalados os conjuntos identificadores de logradouros públicos serão distribuídas conforme necessidade;

a) A necessidade mencionada no subitem acima, será mediante orientação do Município, sendo ela por reposição do material deteriorado/danificado e/ou sendo ela uma identificação primária.

4 – A permissionária se obriga a disponibilizar um contato via telefone fixo ou telefone celular, no Município de Tramandaí/RS, e e-mail direto para que os usuários possam solicitar manutenção e reparos no sistema de sinalização urbana, devendo manter atualizados todos os registros.

Parágrafo 1º: Faz parte integrante deste contrato o Processo de Licitação nº /2023, na modalidade de Concorrência Pública.

Parágrafo 2º: Ficará responsável pela fiscalização do contrato de concessão a servidora Vanessa de Oliveira.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Fundamento Legal

O presente contrato tem origem em licitação, na modalidade de Concorrência Pública e será processada e julgada com observância do previsto no artigo 22, inciso I, Parágrafo 1º., da Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/1993, com alterações da Lei Federal 8.883, de 08/06/94 e Processo Administrativo nº 18747/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do pagamento

Item	Descrição	Valor do Repasse à Administração por conjunto
01	Permissão de Uso de logradouros públicos para instalação de postes e placas indicativas de ruas no Município de Tramandaí, por meio de exploração publicitária, em quantidade de 3.000 conjuntos.	R\$

- REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

1 – A remuneração dos serviços a serem executados se dará exclusivamente por meio da exploração publicitária comercial nos espaços definidos nas peças do imobiliário urbano, conforme especificações do objeto definido no Edital e Termo de Referência.

2 – O repasse para a Administração será no valor mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais) por conjuntos de placas explorados comercialmente no mês imediatamente anterior, por meio de guia de arrecadação a ser expedida pela Secretaria Municipal de Segurança, Transporte e Trânsito.

2.1 – A Permissionário informará até o final do mês o número de conjunto de placas comercializadas com publicidade e recolherá, até o dia 05 do mês subsequente, na Tesouraria da Municipalidade, o preço mensal da concessão/permissão de uso, proporcional aos dias de utilização da comercialização (pro rata die).

CLÁUSULA QUARTA: Do Prazo e da Prestação dos Serviços

1 – A permissão se dará pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposição do subitem 1.4, do Termo de Referência.

2 – O prazo para início da instalação dos postes e placas indicativas é de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

3 – Em caso de substituição, reparo ou manutenção solicitada pela municipalidade, a permissionária terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para executá-lo.

4 – O prazo de vigência da permissão e o prazo para execução total das instalações referidas no Termo de Referência será de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, podendo ser renovado por igual período, mediante despacho justificado da autoridade administrativa responsável, de acordo com os seguintes quantitativos:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) no 1º (primeiro) ano de contrato;
- b) 20% (vinte por cento) no 2º (segundo) ano de contrato;
- c) 20% (vinte por cento) no 3º (terceiro) ano de contrato;
- d) 20% (vinte por cento) no 4º (quarto) ano de contrato;
- e) 15% (quinze por cento) no 5º ano do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: Das Penalidades

1 – Na aplicação das penalidades serão admitidas a ampla defesa e o contraditório, exceto no caso da penalidade de multa por descumprimento dos prazos contratuais no andamento dos serviços.

1.1 - O inadimplemento contratual no curso da prestação de serviço implicará na imposição de multa no valor correspondente a 0,5% do valor da etapa da obra e/ou serviço a que se refere o descumprimento contratual, a ser descontado diretamente no primeiro pagamento que for efetuado à empresa contratada.

2 - Caso a adjudicatária descumpra integralmente os termos da proposta, a Administração, independente da realização de novo Edital, poderá adjudicar o (s) serviço (s) e/ou objeto (s), objeto desta licitação, obedecendo à ordem de classificação, às outras empresas licitantes; respeitado o disposto no artigo 64 da Lei nº 8.666/93.

3 - A recusa pelo fornecedor em prestar o (s) serviço (s) e/ou entregar o (s) objeto (s) adjudicado (s) acarretará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, cuja importância deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação junto à Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Tramandaí, sob pena de ser incurso no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

4 - O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

5 - O não cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

6 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

a) Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

b) As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

c) A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Sr. Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

7 - As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos Contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8 - Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

9 - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

10 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SEXTA: Dos serviços

Fica ao encargo da CONCESSIONÁRIA a admissão de pessoal para a prestação de serviços acima referidos.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Rescisão (art.79, da Lei 8.666/93 e alterações da Lei no. 8.883/94).

1 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

2 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78.

3 - Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA OITAVA: Dos Privilégios do Município

A CONCESSIONARIA reconhece que o CONCEDENTE compareceu nesse negócio como agente de interesse público, motivo porque admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste contrato sejam dirimidas em favor do Município.

CLÁUSULA NONA: Das Condições de Habilitação

A CONCESSIONARIA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA: Casos Omissos

Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a Lei Federal 8.666/93, arts. 54 e seguintes, com alterações da Lei no. 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Do Foro

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Tramandaí, para a composição de qualquer lide resultante deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim acordados e contratados, assinam o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias.

Tramandaí,

LUIZ CARLOS GAUTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Concessionária

Fiscal do contrato:.....
Vanessa de Oliveira

Testemunhas:

.....

.....

EMR